

A MILITÂNCIA FEMININA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CAPOEIRAS – MACAÍBA/RN¹.

Ivanildo Antonio de Lima - UFRN

RESUMO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Este discute como se desencadeia o processo de militância feminina na comunidade de Capoeiras, localizada no município de Macaíba/RN e dentro dessa perspectiva pontuar como está sendo realizado o diálogo com o Movimento Negro e o Estado, principalmente em questões que envolvem identidade, preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural e a melhoria de políticas públicas. Por outro lado, contextualizar a trajetória política dessas mulheres, observando como elas se organizam politicamente, bem como, procurar entender como as mesmas constroem seus discursos, sob a influência dos novos círculos sociais e culturais que elas passam a circular para a garantia dos direitos sociais do grupo. Assim, nossa preocupação é observar como as mulheres negras se constroem enquanto categoria de mobilização política e como elas estão debatendo assuntos relevantes para a comunidade.

Palavras – chave: Militância, Mulheres, Quilombolas.

INTRODUÇÃO

Várias pesquisas vêm destacando a luta da população negra pela superação do racismo² e de outras formas de preconceito ao longo da história do nosso país. Destaca Gomes (2011) que é durante a década de 1980, época que evidencia o processo de abertura política e redemocratização da sociedade, que se estabelece uma nova conjuntura da ação política dos negros (e negras) no Brasil. Daí implica em uma nova conjuntura política, onde os negros passam a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais, sobretudo nos movimentos de caráter identitário. Para efeito de esclarecimento, esses movimentos privilegiam um conceito de identidade de acordo com Oliveira (1976), referindo-se ao uso que uma pessoa faz de termos raciais,

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Seyferth (1995) aborda que o Racismo é a palavra surgida na década de 1930, segundo Banton (1977), para identificar um tipo de doutrina que, em essência, afirma que a raça determina a cultura. Aqui o pressuposto fundamental é que os brancos são superiores e devem dominar o destino das outras raças.

nacionais ou religiosos para se identificar e se relacionar com os outros indivíduos, buscando uma atuação engajada pautada na elaboração de muitas reivindicações políticas com ênfase em “*indagar o Estado, a esquerda brasileira e os movimentos sociais sobre o seu posicionamento neutro e omissivo diante da centralidade da raça na formação do país.* (Gomes, 2011, p.111)”

Na perspectiva de Chaves (2008) os movimentos sociais são caracterizados como eixos em que as identidades³ se manifestam enquanto expressões políticas na construção dos próprios referenciais, onde os indivíduos tornam-se sujeitos de sua própria história e se constituem como uma das principais saídas para construção da representatividade de um grupo, justamente porque são responsáveis por levar as demandas populares para o debate e fomentar a construção de um espaço político para os indivíduos menos favorecidos. Nesse sentido, os movimentos sociais atuam como agente transformador da realidade social.

Dentro desse contexto, o movimento negro surge e vem despertando uma ação militante e de engajamento político, dando visibilidade a suas agendas no contexto dos movimentos sociais, como também reforçando a questão da identidade. Como aponta (Gomes, 2011), essas agendas passam a focar na intervenção política, sempre denunciando a neutralidade do Estado em relação a fatores das desigualdades raciais reivindicando a adoção de políticas de ação afirmativa com “*políticas específicas que pudessem reduzir as desigualdades e colocar o negro em pé de igualdade com o branco*” (Munanga, 2006, p. 53;).”

Munanga (2006) coloca que o debate sobre políticas de ações afirmativas não veio para compensar os negros pelo passado de escravidão e pelo presente da discriminação. Elas vieram justamente para desfazer o que se chama de “mistura racial” para produzir só duas raças, num país que é pensado como uma sociedade de raças⁴ e etnias. Destaca ainda o estudioso que essas políticas quando se colocam em caráter racial passam a estimular os pertencimentos, como também passam a fortalecer a dimensão do debate sobre a crença e as etnias. Dessa forma, mediante a inserção de

³ Para efeito de esclarecimento utilizamos o conceito de identidade de acordo com Oliveira (1976), refere-se ao uso que uma pessoa faz de termos raciais, nacionais ou religiosos para se identificar-se e dessa forma manter relações com outros indivíduos e grupos.

⁴ No sentido do que propõe Almeida (2011) como não sendo ligada a um fator biológico, mas uma categoria socialmente construída.

membros ativistas e intelectuais do Movimento Negro⁵ dentro das administrações municipais, estaduais e na instância federal se incorpora um sentido de luta, principalmente pela implementação de políticas públicas e por acesso a programas de governo voltados para promoção da justiça social visando efetivar a superação das desigualdades, principalmente as étnico-raciais.

Dentro dessa ótica da luta e de fortalecimento político, surge à comunidade⁶ quilombola de Capoeiras que está localizada há 35 km do município de Macaíba e há 65 km da cidade do Natal. Composta por uma população de 260 famílias de acordo com dados do INCRA. Capoeiras recebeu o certificado de autodeclaração de “comunidade remanescente de Quilombo” no ano de 2013, processo que se deu através da ação da Associação Quilombola dos Moradores de Capoeiras (AQMC), que solicitou junto a Fundação Cultural Palmares tal reconhecimento. Cabe destacar que nesse contexto de reconhecimento, luta pela terra e pela efetivação da identidade local vem se desencadeando uma significativa participação de mulheres, sobretudo, as mulheres trabalhadoras rurais, unidas com a vontade e o desejo de atuarem como sujeitos políticos, assumem uma bandeira militante nos movimentos sociais, sobretudo no movimento negro. Como indica Miller (2007) essas lideranças femininas, assumem o compromisso de tratar de dilemas e desafios que estão presente diariamente no contexto da comunidade sempre em busca da garantia e melhoria dos seus direitos civis.

Partindo dessas considerações iniciais, espera-se investigar na referida comunidade quilombola, como se desencadeia o processo de inserção feminina na ação militante, com vistas no debate sobre questões da identidade, preservação e valorização do patrimônio do histórico e cultural e a dimensão político-organizacional do grupo em diálogo com o movimento negro. Por outro lado, contextualizar a trajetória política dessas mulheres, observando como elas se organizam politicamente, bem como, procurar entender como as mesmas constroem seus discursos, sob a influência dos

⁵ Levando em consideração Rodrigues (2010), os movimentos negros protagonizam também além de uma luta por direitos que se dá tanto pela via do direito à igualdade, quanto à diferença; já que emergem da luta política especificidades em direitos e sujeitos, como ocorre com as comunidades quilombolas e as demandas por reconhecimento.

⁶ Devemos destacar que adotamos o conceito de comunidade de Weber (1991), na perspectiva de Barth com ênfase no pertencimento a uma “comunidade étnica”, traduzido em sentimento de ação política: O conceito de comunidade aqui é entendido no sentido de comunhão étnica que embora não se constituindo como comunidade, atua como facilitador nas relações comunitárias, sobretudo as de natureza política. Essa “comunidade política” costuma despertar inicialmente a crença numa comunhão étnica, numa transformação de relações associativas racionais em relações comunitárias pessoais.

novos círculos sociais e culturais que elas passam a circular para a garantia dos direitos sociais do grupo.

MULHERES E MILITÂNCIA EM CAPOEIRAS

Na comunidade de Capoeiras o movimento negro, tem como principal articulador, a organização “Quilombo”. Esta organização não governamental é responsável por articular e organizar em algumas “comunidades remanescentes de quilombo” do Rio Grande do Norte, lideranças locais para o processo de diálogo com o Estado e outros órgãos em relação, principalmente em questões políticas. É primordial lembrar que Little (2002) coloca que na década de 80, principalmente com a Constituição de 1988, às comunidades remanescentes de quilombo ganham reconhecimento como categoria legal passando a ter uma maior visibilidade política para suas lutas. Diante da atuação da “Quilombo” que a comunidade deu um salto qualitativo para melhorias nas políticas públicas, sendo a ONG o principal responsável por suscitar na comunidade a noção de pertencimento étnico no sentido do que propõe Barth (1969), principalmente quando trata das questões de compartilhamento de valores culturais, compondo um campo de comunicação e interação entre um grupo de membros que se identificam e é identificado por outros como sendo constituintes de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem. Como destaca (Oliveira 1979; 13) *“Esses grupos étnicos se definem ou se identificam ou se identificam valendo-se de simbologias culturais, “raciais” ou religiosas”*.

Atualmente a comunidade vem se articulando também com a Secretaria de Promoção de Políticas Públicas para Igualdade Racial (COEPIR), debate com a coordenação da COEQUI (Coordenação Estadual de Quilombos) que atua no caso das regulamentações de terras, juntamente com o INCRA⁷. Eles incentivam na organização dos eventos e demais assuntos que envolvem o movimento negro e informações do que esta acontecendo no Rio Grande do Norte e no Brasil. Deve-se enfatizar que as lideranças estão em diálogo debate com os órgãos municipais e estaduais, tratando de assuntos como: saúde, educação, meio ambiente, dentre outros que envolvem a questão das comunidades quilombolas. Destaca-se que essa articulação é feita massivamente pelas lideranças femininas locais, que debate com o estado e a sociedade no diz respeito às políticas públicas de promoção da igualdade racial ou como coloca Rodrigues (2010) elas se colocam na disputa com outros seguimentos pela implementação de políticas

⁷ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

públicas, ou até mesmo a busca pelos seus direitos. Já Vianna & Lowenkron (2017) destaca que essa arena de debate tem um papel importante para nosso entendimento e compreensão sobre os processos de generificação do Estado e/ou da estatização do gênero.

No que se refere à militância feminina, percebemos que a formação/fundação da associação de moradores de Capoeiras (AMQC) vem tendo grande relevância para a inserção da mulher no campo político. É através da ação da associação que as mulheres vêm sendo incentivadas a participar dos debates e diálogos com órgãos que são responsáveis por promover as políticas públicas, como também nas discussões que ocorrem sob a direção do movimento negro com o Estado. Destaca Vianna & Lowenkron (2017), que a disputa, definição e implementação de políticas públicas, com vistas no acesso a bens sociais são atravessadas por uma circulação entre gênero e Estado na sua dimensão mais cotidiana.

É notável, que às mulheres em Capoeiras são quem mais se destacam na participação política e representam a comunidade em congressos, reuniões, na associação outros espaços de diálogo. São elas que assumem as responsabilidades por assuntos de interesse comum. Como o seu trabalho militante elas são inseridas na política e propõem ações em escala local, passando a atuar no diálogo com programas de educação (as professoras), saúde e outros programas que visam melhoria para as condições de vida do meio em que vivem. Essas mudanças também se operam internamente, de modo subjetivo, “observamos valores próximos ao do catolicismo: sacrifício, dedicação, abnegação e também valores próximos ao ethos do povo negro como luta, guerra, força e coragem” (Böschemeier, 2010; p.226).

Na ação como militante, as mulheres realizam um trabalho que foge dos padrões de valorização da profissão, a carreira e o êxito, por uma atividade que cabe a ação, à luta pelo que se entende como um direito para coletividade. Agier & Castro (1995) enfatizam que é primordial ressaltar a trajetória e as representações de uma mulher que exerce atividade como militante, abarcando responsabilidades de representação de uma comunidade, onde muitas vezes alguns direitos civis e políticas públicas não chegam. O nosso interesse é pensar com maior nitidez as tensões que envolvem representações e expectativas associadas a papéis e relações sociais de gênero e desse modo observar um

líder como elemento principal de trajetórias e de um discurso pessoal, atuando como uma fonte de informação.

Levando em consideração as desigualdades existentes, esses atores sociais refletem sobre o reconhecimento da negritude como fundamental na organização política dos grupos negros. Deve-se considerar que o reforço por uma identidade negra propicia aos indivíduos o reconhecimento de si próprios e de seus valores em um processo de conscientização e de constante definição, com efeitos, as diferenças raciais são evocadas pelos grupos específicos com o objetivo de reorganizar as relações sociais.

Sabemos que a população negra vive num contexto de discriminação racial, baseado na diferença, como aponta Wieviorka (2002), nessa perspectiva o acesso a educação, a saúde, ao emprego é comprometido, pelo processo de racismo⁸ que propõe a excluir, destruir e impedir o negro ao acesso às políticas que tem direito. Na luta contra essas adversidades as mulheres buscam ter a acesso a recursos e anseios que acabam ultrapassando as esferas, local, recorrendo ao movimento negro, para dialogar com as esferas estadual e nacional.

Concordando com o que propõe Chaves (2008), as mulheres Quilombolas de Capoeiras entram na militância no intuito de desconstruir discursos racistas e androcêntricos e buscam acabar com categorias que classificam, localizam e atribuem papéis sociais aos sujeitos e dar lugar a identidades provisórias móveis e que ultrapassam as subjetividades ancoradas no gênero e nas intersecções. São sujeitas que também lutam e que pretendem construir sua participação política numa sociedade múltipla em que vários grupos têm reivindicado poder. Daí elas querem ser ouvidas e lutam para afirmar certo grau de autonomia para poder construir seu próprio espaço de luta numa sociedade caracterizada por profundas desigualdades sociais. Elas agora, com seu ingresso nos movimentos estão criando a possibilidade de um saber-poder no campo da ação política, também as levando a pensar sobre suas ações no cotidiano.

Nesse contexto apresentado a cima, deixa claro que nossa preocupação é lançar o olhar sobre as representações positivas a partir de suas experiências como mulheres, negras, militantes em consonância com as negociações constantes que ocorrem para

⁸ O racismo de acordo com Wieviorka (2002), consiste em caracterizar a um conjunto humano por alguns atributos naturais, aos quais são associados a algumas características intelectuais e morais que valem para todo indivíduo procedente desse conjunto e, a partir daí, eventualmente, por em ação práticas de inferiorização e de exclusão.

afirmação e construção de um sujeito político, e de mulher negra no intuito de perceber que nessa caminhada tecem novos círculos sociais e culturais, onde esse envolvimento com o trabalho na militância acaba por reorganizar os seus espaços pessoais e até mesmo os projetos pessoais que muitas vezes extrapolam a vida na comunidade. Notamos nesse contexto de relação sociais e contato com o exterior à comunidade que elas vêm desenvolvendo um discurso próprio, resultante das demandas existentes da sua vivência na comunidade e da história de vida de seu povo, onde suas ações na esfera política se explicam pela forma de reivindicar e dar visibilidade as mulheres quilombolas como produtoras de discursos e saberes. “As mulheres militantes representam o grupo pioneiro dentro da comunidade a estabelecer estas novas criações e alianças, que representam a introdução de novas variáveis dentro das regras do jogo tradicionalmente estabelecidas” (Böschemeier, 2010; 228).

Em debate com o movimento negro além de discutir demandas da agenda da comunidade, elas dialogam também sobre fatores que são característicos das diferentes experiências sociais que vivenciam como: sexualidade, saúde reprodutiva, racismo, violência e mercado de trabalho em termos das desigualdades sociais que vivenciam e tem consciência, de acordo com Brown (2016), que o estado media ou implementa quase todos os poderes que moldam a vida das mulheres - físicas, econômicas, poderes sexuais, reprodutivos e poderes exercidos em época anteriores diretamente pelos homem.

O diálogo das mulheres com o movimento negro, fez com que elas adquirissem um empoderamento político, voltado para um processo de tomada de consciência e de decisão, na apropriação do poder de ter vez e voz e da ação coletiva. Evidencia-se que é através da organização em redes que essas mulheres participam de mobilizações, feiras, seminários, congressos que são organizados por elas e com a ajuda de organizações engajadas no movimento. As viagens de participação nesses eventos onde representam a comunidade dão às mulheres visibilidade, o reconhecimento, a ocupação nos espaços de decisões e auxiliam na construção de sua cidadania. Essa espécie de empoderamento político possibilita a argumentação, o domínio da informação e o poder do saber e ele requer uma prática de solidariedade e o respeito com os outros indivíduos, gerando um compromisso com o coletivo, ou seja, como dito antes, é uma forma de lutar e reivindicar melhorias, apoio e políticas públicas.

É possível observar que a ação militante com intensa participação das mulheres em Capoeiras, destaca-se pelo seu papel de caracterizar sujeitas que além de atuar nas atividades da casa (cozinha, filhos, limpeza, cuidados de animais de pequeno porte), realizam tarefas na lavoura (capina e colheita). Em concordância com Agier e Castro (1995) há um contexto de modificação de identidade social dessas militantes, pois elas vivem tensões familiares e pessoais e se apresentam ocupando uma diversidade de papéis (mãe, estudante, companheira), além de militantes.

No entanto, percebe-se, que as lutas enfrentadas pelas mulheres no exercício da militância passaram a ser mais reconhecidas pela comunidade; elas acabam conquistando mais respeito e, assim, contribuem para a melhoria de vida local com muitas reivindicações aceitas, e algumas concretizadas. Com isso, o engajamento militante tem conseguido paulatinamente romper com sua condição de receptoras passivas e não atuantes, passando as mesmas como essenciais por levar a agenda da comunidade para o espaço público das discussões. Cabe destacar que muitas vezes essas lutas organizam-se em prol da regulamentação das terras da comunidade e melhoria das políticas pública e tem todo empenho em resguardar este espaço, o pertencimento ao seu território e a valorização de suas origens. Em suas ações, elas destacam que se organiza em prol da comunidade, em processos concretos que:

Buscam alcançar os objetivos comuns, de forma que tanto o espaço quanto seus componentes adquirem expressões territoriais, possibilitando que a pertinência, a apropriação e o empoderamento sejam pontos de partida para uma mobilização concreta. Tais ações trazem como consequências maior fundamentação em suas reivindicações, asseguram sua identidade e suas heranças culturais. (SANTOS, 2013; 12)

TRÊS GERAÇÕES DE MULHERES MILITANTES: DONA MARIA LÍDIA BARBOSA DOS SANTOS, MARIA BARBOSA E LILIANE MOURA.

Contrariando o discurso que coloca às mulheres como responsáveis pelo trabalho reprodutivo e pela família como uma entidade "natural", BROWN (2006), leva em consideração que o surgimento de mulheres como ativistas políticas em assuntos em grande escala se evidencia na configuração de uma nova consciência e da atribuição de novas capacidades conquistadas pelas mulheres, resultante do alargamento das relações com instituições do estado.

Nesse contexto elas surgem em contraste com os termos de dominação, dependência, disciplina e proteção, termos que marcam o itinerário das mulheres em subordinação, principalmente ao poder do Estado que é configurado muitas vezes como “masculinista”. Assim, é interessante pontuar o que está em jogo nesse artigo é pensar num aspecto de uma teoria feminista do estado, pretendendo articular, desconstruir e relacionar as múltiplas vertentes de poder que tanto a masculinidade como o estado esbanja no contexto “normal”, ou seja, nos termos de Brah (2006), questionando essa característica de subordinação ao masculino, visando o olhar para um processo que veja na trajetória dessas mulheres uma busca por uma ação feminista que visa mudar as relações de poder imbricadas no gênero, distanciando das determinações biológicas, para salientar as inscrições socioculturais, dos sujeitos além do gênero.

Wieviorka (2002) destaca que nas sociedades contemporâneas, existe uma grande mobilização de grupos que em nome de sua identidade, lutam contra o racismo, encontrando recursos morais e culturais para lutar contra o processo de subordinação e discriminação. Essa ação caracterizada como uma cruzada antirracista colabora em sua inscrição no espaço público, em nome de princípios e valores gerais, permitindo os menos favorecidos buscar ajuda de partidos políticos, sindicatos, associações para tomar o problema a fundo e com a ação dos poderes públicos buscam tomar o problema a fundo e tentar reduzir os impactos e avanços. Assim, seguimos os passos de mulheres que não trabalham somente em casa, estamos voltados para um trabalho de mulheres no processo de militância. São mulheres que lutam por políticas de igualdades de oportunidades ou de ações afirmativas, na maioria das vezes buscam políticas de reconhecimento para corrigir desigualdades e injustiças. Como enfatiza Costa (2001) elas se inserem no debate sobre o conceito de raça como elemento de mobilização política e de construção discursiva, enfrentando uma arena de disputa com seus companheiros quilombolas.

Assim, nesse contexto de luta, iremos trazer a história de vida de três mulheres da comunidade que fazem um trabalho voltado para militância. Esse trabalho como aponta Almeida (2011) é pautado no contexto da ação quilombola, onde essas agentes sociais se colocam frente a processos antagônicos. Essa ação militante destaca-se por entender as lógicas, estratégias de sobrevivência e como elas estão desenvolvendo seu processo de interlocução, representando suas relações e práticas diante de outros grupos

sociais e agências com quem interagem, em busca por mobilizações e da construção de suas identidades.

MARIA LÍDIA BARBOSA DOS SANTOS

O início da trajetória de nossa primeira militante, surge dentro do contexto inicial da atuação da “Quilombo” na comunidade. Dona Maria Lídia Barbosa dos Santos, professora aposentada, foi umas das primeiras mulheres da comunidade a participar da militância fazendo viagens, participando de conferências, congressos, debates e algumas festividades do Movimento Negro. Lídia é filha de outro líder importante da comunidade falecido no ano de 2015, O Senhor Raimundo Costa⁹. Destaca a militante que sua entrada na luta militante se deu graças ao seu conhecimento e vivência de alguns anos fora da comunidade, onde morou em São Paulo por algum tempo juntamente com sua família.

Em entrevista, Dona Lidinha, como é carinhosamente conhecida pelos moradores locais, nos apontou sobre as dificuldades presenciadas momentos iniciais de militância, dentre elas, vivendo em um contexto machista, da necessidade pelo fato de ter que sair com pessoas desconhecidas e representar a comunidade em outros estados, como também em outras cidades do Rio Grande do Norte. Alguns moradores, principalmente do sexo masculino, apontavam que era estranho e deselegante uma mulher sair para resolver problemas de Capoeiras sozinha sem a companhia de um homem da localidade.

Engajada no debate com o movimento negro a representante da comunidade de Capoeiras, e após muitas viagens, Lídia passou a ser reconhecida como liderança perante o movimento, como para a comunidade. Depois como a demanda de assuntos foram crescendo ela, buscou ajuda do Senhor Manoel Batista da Silva, onde juntos fundaram a Associação de Moradores de Capoeiras.

Foi com a atuação de Lidinha e Elizabete Lima (representante da Quilombo) que a comunidade foi se contagiando e fomentando a aceitação dos moradores como quilombolas e inserindo a comunidade da rede de debates sobre a causa quilombola com outras comunidades negras. Antes na comunidade todos desconheciam o que era ser quilombola e das políticas públicas que eram de direito para esses povos tradicionais.

⁹ Homem de grande influência e liderança política e muito respeitado pelos moradores locais. Era através da figura de seu Raimundo que alguns moradores recorriam para reclamar sobre os problemas da comunidade.

Como fala nossa interlocutora: *“Aqui antes ninguém queria que alguém de fora os chamassem de negros, ninguém aceitava que se chamasse aqui de Capoeiras dos Negros, se chamasse podia contar com uma briga, como também aqui ninguém sabia o que era ser quilombola.*

MARIA DAS GRAÇAS BARBOSA DA SILVA

Outra trajetória na militância que também merece destaque é a de Maria das Graças Barbosa da Silva. Ela ingressou na luta pela causa quilombola, graças ao incentivo de Seu Manoel Batista, seu tio, que passou a levá-la para as reuniões, após o afastamento de Dona Lídia da militância.

Atualmente, Maria exerce funções em várias atividades da comunidade, dentre elas: vice-presidente na associação, vice-presidente na cooperativa de beneficiamento de Mandioca, participante do conselho de saúde, conselho de cultura, meio ambiente e participante da coordenação de mulheres negras, “A Jargumbiri”. Veja um pouco da trajetória de Maria das Graças:

Pesquisador: Como se deu sua entrada na Militância?

Maria das Graças Barbosa - Eu entrei no movimento negro porque eu via muito seu Manoel andar, chegava cansado. A gente preocupada e ele já velhinho. Eu sempre perguntava aonde ele vai tanto assim? Aí teve um dia que ele disse: venha comigo que você vai entender por quê. Eu dizia você vai e anda tanto e o povo nem agradece e fica falando isso e aquilo. Aí ele me convidou: primeiro foi pra participar da associação. Eu vim e compreendi o sistema da associação, como funcionava. Depois comecei a participar com eles das reuniões e vi depois como é bom realmente participar e comecei a ver que tinha tanta coisa que tinha que acontecer aqui, quanto em relação a etnia e quanto comunidade quilombola. Precisa muito que a gente lute junto com os demais para que a nossa voz seja ouvida. Que as pessoas comecem a olhar pra isso e que tem coisas que se agente ficar de braços cruzados, já não vem se a gente luta e se a gente não for atrás não consegue mesmo. Botei isso na cabeça, antes eu tinha só uma vida religiosa de casa para igreja. E aí veio a necessidade de lutar também. Eu via muito o povo sofrendo contra o preconceito, sofrendo com discriminação, não arrumava trabalho, não tinha oportunidade de nada, nem de estudo, tudo era fechado pra gente, mas eu via que com essa entrada na militância via que tinha que trazer algo da minha experiência pra passar para elas. Mas o que me chamou mais atenção foi à luta contra o racismo, contra mulheres e crianças. Nós estávamos acostumados de sair de casa e ser apontado como os “Negros de Capoeiras” isso me dava uma amargura, não só em mim, mas em muitas pessoas daqui da comunidade. Por conta disso que tinha muita gente que dizia aqui é só nosso, ninguém entra e ninguém sai, Isso me deu uma vontade danada de lutar e dizer que isso não é bem assim, a

gente tem espaço e vamos lutar por ele. O que me fez e faz lutar foi o enfrentamento ao racismo.

Pesquisador: O que significa pra você ser uma militante?

Maria das Graças Barbosa: Significa diferente do que eu mesmo pensava, eu tinha mais coragem do que eu achava que tinha. Significa uma luta que eu tenho certeza que depois de mim vai continuar. Talvez o que eu esteja batalhando para que aconteça na minha comunidade eu não veja. Mas os meus netos e os meus filhos possam ter.

Pesquisador: Quais os seus aprendizados durante todo esse tempo exercendo atividade de militante?

Maria das Graças Barbosa: Eu aprendi que além de ser eu de verdade eu não tenho que me esconder dos outros, eu tenho que me aceitar e fazer com que os outros me aceite também. É mostrar minha “cara preta mesmo” que muitas vezes se escondia com cabelo com o pano e ainda fazer trancinha que é pra ainda ficar mais a amostra. Isso ficou muito marcado em mim e hoje diferentemente dos meus avós, meus pais e tal, eu vou ensinar isso a meus filhos que eles têm que sair sim, minha filha está lá em natal, procurando emprego e tem que procurar e mostrar que todos somos capazes. (Entrevista realizada em 2015)

LILIANE MOURA – LIDERANÇA JOVEM

Partindo da mesma concepção de Maria das Graças Barbosa, surge a história de outra militante, a jovem Liliane Moura, Estudante do curso de Guia de Turismo. Em entrevista Liliane fala que ingressou no movimento graças ao convite de Maria que a levava sempre para os encontros e reuniões em Natal.

Liliane comenta que foi observando sempre às apresentações da dança afro e das outras atividades nos congressos que participava que começou a tomar gosto pela militância e foi bem enfática em nossa entrevista quando destacou *que “Eu sempre nasci negra, mas eu digo que quando entrei no movimento negro, fiquei mais negra ainda”*. Destaca nossa interlocutora que o movimento proporcionou enorme aprendizado, pois a levou a conhecer lugares e pessoas que nunca imaginava ter conhecido, além de dizer que o movimento lhe fez lutar por quem está esquecido na comunidade, além de beneficiar com sua luta outras comunidades quilombolas existentes. Outra coisa importante que Liliane cita em nosso momento de entrevista que o movimento lhe fez passar a entender sobre a questão da igualdade racial, das leis e querer saber quais são os direitos enquanto jovem, mulher e negra.

Liliane pontua que seu desejo como militante é lutar para não deixar que a cultura raiz de sua comunidade não se perca. Ela destaca que o dever dela enquanto jovem é de propagar a cultura de Capoeiras e levá-la para onde ela for. Ela coloca: *“Tenho que levar Capoeiras como se fosse minha bandeira. Se não fosse Capoeiras e pela minha comunidade eu não tinha conhecido pessoas, lugares.*

CONCLUSÃO:

Pretendemos nesse trabalho analisar alguns pontos que estão envolvidos no processo de ação militante feminina na comunidade de Capoeiras. Como também quebrar essa noção de quilombo apontada em Rodrigues (2010), como grupos de escravos fugidos; expressões de resistência cultural e política; para trata-los como novos sujeitos políticos e com direitos socioculturais. Em outro contexto também verificar nos termos de Vianna & Lowenkron (2017) como a ação militante é composta por marcadores, experiências e classificações que abarcam o debate entre gênero e Estado em sua concretude como fatores, como: raça, cor, classe, etnia, nacionalidade.

No decorrer deste artigo, vem se destacar o trabalho, a participação e a inserção de mulheres no debate com organizações da sociedade civil e com o Estado, sobretudo, as mulheres trabalhadoras rurais tendo oportunidade de acesso ao âmbito público. Observa-se à vontade e o desejo destas mulheres de se libertarem do papel “tradicional” e serem vistas como sujeitos políticos, que possuem deveres, direitos e atuantes no que refere aos assuntos políticos locais, passando a refletir sobre as mudanças de “normas” culturalmente impostas pelo sistema patriarcal. As mulheres engajadas nesses movimentos passam a questionar e a partir daí redefinem seu papel e sua importância na sociedade rural contemporânea através de seu empoderamento.

O que importa enfatizar é que estamos dando sentido às ações dessas mulheres a partir de suas experiências, enquanto mulheres negras e militantes. Nesse caso, elas estão lutando pelo gozo dos seus direitos civis, pelo controle dos seus corpos, da sua própria vida e buscando uma autonomia política sem questionar as tecnologias de gênero que são responsáveis pela reprodução da divisão binária do social. Cabe destacar que essas mulheres levantam uma bandeira em combate ao racismo, questionando os estereótipos do negro do negro como pobre, marginal, atrasado, analfabeto, como destaca Seyferth (1995).

Seguindo um histórico de lutas, essas mulheres negras como sujeitos políticos e atuantes numa política de resistências, apresentam-se dotadas de livre expressão e capacidade de optar pelo o que querem, pois sempre se incluem entre os que precisam de representação, sendo aquelas que assumem papel primordial no diálogo com os movimentos sociais e com o Estado. Concordando com Brah (2006) essas mulheres negras articulam discursos de sua vivência das práticas de estigmatização, inferiorização, exclusão e discriminação no que diz respeito ao emprego, educação, moradia, meios de comunicação e justiça e em com sua atuação elaboram novas estratégias que visem reivindicar sua participação em sítios culturais e passando a atuar dentro deles.

Assim, nossa proposta nesse artigo foi situar a ação militante feminina no contexto de um feminismo que questione as relações de poder masculina na tentativa analisar os processos econômicos, políticos e ideológicos no qual está inserida a mulher negra com seus discursos e práticas, relações sociais, seu posicionamento e suas subjetividades. Como aponta Almeida (2011) é nossa preocupação observar como as mulheres negras se constroem enquanto categoria de mobilização política e como elas estão debatendo assuntos relevantes para a comunidade ou até mesmo, de interesse para movimento negro. Como de acordo com Gomes (2011), é através desse do contexto histórico, político, social e cultural que essas mulheres negras constroem sua identidade.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel; CASTRO, Nadya Araujo . **Projeto Operário, projetos de operários**. In: *Imagens e Identidades do trabalho*.Org.:Antonio Sérgio Guimarães, Michel Agier, Nadya Araújo Castro. Editora Hucitec. São Paulo. 1995. Pág. 113- 148

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas etnias. In: **Quilombos e a novas etnias**. Manaus: UEA edições, 2011. P.56-87

BÖSCHEMEIER, Ana GretelEchzú. **Natureza de mulher, nome de mãe, marca de negra: Identidades em trânsito e políticas do corpo na comunidade quilombola de Boa Vista dos Negros**. Dissertação de Mestrado, PPGAS/UFRN, 2010.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. In: *Cadernos Pagú*, Campinas, n. 26, p. 329-376, June. 2006.

BROWN, Wendy. Finding the man in the state. In: Sharma, A.; Gupta, A. (ed.). *The Anthropology of the State: a reader*. Malden, MA, Blackwell, 2006, pp.187-210.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976. Identidade Étnica, Identificação e Manipulação; Um conceito antropológico de identidade. In: *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, p. 1-31; 33-54.

COSTA, Claudia de Lima; AVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 691-703, Dec. 2005.

COSTA, Sérgio. A mestiçagem e seus contrários – etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**; Revista de Sociologia. USP, S. Paulo, 13(01): 143-158, maio de 2001.

GOMES, Nilma Lino. 2011. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v.27, n.1, p. 109-121.

LITTLE, Paul F. 2002. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, nº 32. Brasília

MILLER, Francisca de Souza. **Comunidade quilombola de Capoeiras (RN): Relatório Antropológico**. Convênio FUNPEC/UFRN/INCRA(RN), 2007.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre raça, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: Fundamentos Antropológicos. *Revista USP*, v.68,n.1, p.46-57, 2006.

RODRIGUES, Vera. 2010. Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, vol. 15, n. 57, p. 263-278.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SANTOS, Danielle Monteiro; LIMA, Solimar Oliveira; Movimento Quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra. *Revista Eletrônica informe econômico*. Ano 1, n. 1, ago. 2013

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. In: *Cadernos Pagú*, Campinas, n. 51, 2018.

WEBER, Max. 2012. Relações Comunitárias Étnicas. In: *Economia e Sociedade*. 4 ed., vol. 1. Brasília: Editora da UnB, p. 266-277. *

WIEVIORKA, Michel. *El racismo. Una introducción*. La Paz: Plural ediciones 2002.

